

O Estado de Bem Estar Social: proteção universal

Dieny Naves
Jussara Marques de Medeiros Dias

Resumo

O objetivo da pesquisa é analisar o Estado de Bem Estar Social e seu processo de implantação. O Estado de Bem Estar Social, ou também, o chamado Welfare State se refere a um modelo de organização centrado no Estado, onde as necessidades e a proteção social na vida das pessoas passa a ser de responsabilidade do Estado, e a ser atendida por ele. Esse modelo visava à defesa dos direitos básicos na vida de cada cidadão, a exemplo do direito à vida, à saúde, à educação, e etc. Portanto, o Estado seria interventor nos aspectos sociais e econômicos do país. Alguns autores colocam que não houve o Estado de Bem Estar Social no Brasil, porque uma das principais características que o fundamenta é a proteção universal, ou seja, a toda a sociedade; porém no Brasil isso não aconteceu, pois a proteção instituída só abrangeu alguns segmentos da sociedade e não a totalidade que outros países alcançaram. Vale citar que esse modelo foi influenciado pelo plano Keynesianista e suas políticas que tinham o objetivo de gerar o pleno emprego e o crescimento econômico, e pelo plano Beveridgiano que visava a luta contra a pobreza e que o Estado deveria garantir os mínimos sociais a todos que necessitassem. O Estado de Bem Estar Social começou a declinar e entrou em crise em 1970 pela sobrecarga no modelo. Foi substituído pelo Estado Neoliberal. A metodologia dessa pesquisa possui caráter exploratório e bibliográfico. Resumidamente esse modelo surgiu como uma “salvação” para a economia, que enfrentava a grave crise de 1929; pois nele o Estado é quem se responsabiliza pela política econômica e pela proteção social, que passou a investir fortemente nas questões da cidadania e resultou no fortalecimento e aquecimento do mercado que tentava reestruturar a economia numa conjuntura pós Segunda-Guerra Mundial.

Palavras-chave: Bem Estar Social; Welfare State; Estado; Proteção Social; Necessidades.